

“Sete Palmos de terra e um caixão”: escrita e práticas políticas na trajetória de Josué de Castro.

HELDER REMIGIO DE AMORIM*

Estudar uma trajetória não significa estar preso as amarras do plano individual, mas sim perceber as relações, as construções entre a personagem e o período estudado. Como mencionou Michel de Certeau, cada homem deve ser compreendido como “um *lócus* no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem” (CERTEAU, 2008:38). Desse modo, uma das tarefas essenciais do historiador é (re) construir mundos a partir de fragmentos e de uma narrativa produtora de significados. É a partir dessa perspectiva que adentraremos em um período da vida e da produção intelectual de Josué de Castro.

A sua obra traduzida em 19 idiomas, ganhou maior repercussão a partir de 1946 quando publicou o seu livro mais conhecido, *Geografia da Fome*, foi premiada simultaneamente nos EUA e na URSS em tempos de Guerra Fria. No início da década de 1960, estima-se que já havia vendido mais de 400.000 exemplares em todo mundo. A sua produção intelectual esteve sempre aliada aos cargos públicos que ocupou como professor da Universidade do Brasil, Presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), Deputado Federal, e Embaixador. Assim sendo, as suas ideias estiveram voltadas para compreensão do fenômeno da fome que considerava ser fruto da exploração do homem pelo homem.

O interesse pelo Nordeste do Brasil permeia grande parte da sua obra, a região onde viveu os primeiros anos de vida, também se apresenta como modelo para problematizar não a fome pela fome, mas sim para compreendê-la como uma questão social de íntima relação com o processo de colonização e como o subdesenvolvimento. Contudo, outros temas também norteiam a obra do Josué de Castro como a reforma agrária, a América Latina, o desarmamento, e a ecologia.

Nesse momento, analisaremos alguns trechos da obra *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste uma Área Explosiva* escrita no início dos anos 1960, publicada em 1965. Nesse livro, Josué de Castro problematiza as tensões sociais que essa

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, nível Doutorado e bolsista Capes.

região enfrentava, a influência norte-americana, os movimentos sociais, bem como a relação do Nordeste com os problemas da América Latina.

“Explicações”: a análise de um prefácio

Era maio de 1964, um dos intelectuais brasileiros mais conhecidos no mundo se preparava para viver o exílio na França. As suas atividades como embaixador em Genebra foram interrompidas em meio a Conferência Mundial pelo Desarmamento, devido a cassação dos seus direitos políticos, publicados no Ato Institucional Nº 1¹. Durante os dois últimos anos Josué de Castro havia desenvolvido pesquisas sobre as mudanças políticas e sociais ocorridas na região Nordeste que tinham como foco a década de 1950 e início dos anos 1960.

A sua obra receberia mais um livro: *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, que contou com a colaboração de vários intelectuais e políticos entre eles Alberto Passos Guimarães e Francisco Julião². Durante as primeiras páginas, no prefácio intitulado “Explicações”, Josué de Castro relata que o livro foi produzido antes do Golpe civil-militar de 1º de abril e que nada melhor para explicar “os fatos ocorridos recentemente, do que o conhecimento dos antecedentes históricos desta região explosiva e da sua interpretação sociológica” (CASTRO, 1965:11).

O livro foi escrito entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964. O autor afirma no prefácio que quando o golpe civil-militar aconteceu, os originais já se encontravam nas mãos do tradutor. O autor imediatamente pensou em acrescentar um novo capítulo contendo os últimos acontecimentos de abril de 1964. Contudo, segundo afirma no prefácio resolveu não realizar alterações, e permitir que o livro fosse publicado como havia sido redigido antes do golpe. Ao mesmo tempo afirma que “acrescentar qualquer coisa depois que suas previsões já começaram a se realizar seria tirar o possível valor do livro como diagnóstico e prognóstico de uma situação histórico-cultural” (CASTRO: 11).

Precisamos analisar essas informações a partir de duas perspectivas. Primeiramente, a afirmação do autor de que o livro foi produzido anteriormente ao golpe civil-militar valoriza a

¹ O Ato Institucional Nº 1 determinou cassação dos mandatos legislativos e de servidores públicos, e a suspensão dos direitos políticos por dez anos daqueles que eram considerados uma ameaça à segurança nacional. Além disso, convocou eleições indiretas para presidente da República.

² Alberto Passos Guimarães jornalista, e militante do PCB. Francisco Julião, advogado, político e líder das Ligas Camponesas.

obra que aponta em suas entrelinhas para uma convulsão social da região Nordeste e do Brasil, seja por meio de setores conservadores, ou por meio das camadas populares. Por outro lado, não inserir um novo capítulo abordando os acontecimentos do golpe de 1964, era uma maneira de não apontar posicionamentos que inviabilizassem a circulação da obra no país, bem como que marcassem uma posição política definitiva em relação ao regime que ainda passava por um momento de constituição da sua legitimidade (REZENDE, 2001:359).

Desse modo, é importante ressaltarmos a condição de exilado do Josué de Castro no momento em que o livro é publicado. Um exílio que possui características específicas, pois quando ocorreu o golpe, Josué de Castro já vivia a alguns anos na Europa. Desse modo, teve seus direitos políticos suspensos, e foi desligado do cargo de Embaixador do Brasil para assuntos ligados a ONU em Genebra. Recebeu convite para asilo político de vários países, porém preferiu a França, onde residiu até sua morte. É importante percebermos que o lugar de fala do autor, inclusive, a sua condição de exilado político. Ao contrário de muitos exilados que estiveram no anonimato, Josué de Castro possuía uma rede intelectual muito sólida na França, fato que colaborou para que assumisse ainda nos anos 1960 o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID). O que não significa dizer que o exílio não tenha sido doloroso, pois “a provisoriedade se somará ao caráter descontínuo do tempo. É mais suportável imaginar o exílio num tempo passageiro, e acreditar que o retorno será breve” (ROLLEMBERG, 1999:29).

Além do lugar do qual fala, da sua condição de exilado, se faz necessário compreendermos a sua posição de autor de acordo com as prerrogativas de Foucault. Quando problematiza “o nome do autor”. Quando se diz Josué de Castro, emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição, ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: “o autor de Geografia da Fome”, Josué da Fome. Mas não se pode ficar preso a essas denominações, pois um nome próprio não tem em si uma significação. Desse modo afirma: “o nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos: da descrição e da designação: eles tem seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica (FOUCAULT, 2001:267).

O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros. O nome do autor exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória, tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do seu discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, a sua palavra em uma dada cultura pode receber um certo *status* (FOUCAULT: 272-274).

O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Foucault afirma que: a função do autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. Esses e outros debates sobre a questão do autor, tem uma relação direta com a produção de uma obra como *Sete Palmos e um Caixão*. Contudo, uma breve explanação sobre a trajetória política do Josué de Castro durante a década de 1950 e início dos anos 1960 se faz necessária.

Algumas cenas de uma trajetória política

Em 1964 com a decretação do Ato Institucional nº 1, Josué de Castro, então embaixador do Brasil para assuntos ligados a ONU em Genebra teve seus direitos políticos cassados, o seu nome foi publicado entre os 40 primeiros cassados pela ditadura civil-militar. Na ocasião vários países ofereceram-lhe asilo político, onde teve ativa participação intelectual na Universidade de Paris VIII e presidiu o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), onde falece em 1973.

Josué Apolônio de Castro, nasceu em 5 de setembro de 1908 na cidade do Recife. Filho de uma professora primária e de um pecuarista, realizou seus primeiros estudos no Ginásio Pernambucano. Posteriormente, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo os estudos no Rio de Janeiro, onde obteve diploma de médico em 1929. Desde então, passou a clinicar e a desenvolver estudos voltados para a dimensão social da fome (FERNANDES, 2007:21).

Contudo, foi durante as décadas de 1940 e 1950 que se tornou um intelectual de destaque nacional e internacional. Durante o Estado Novo, Josué de Castro foi um dos principais representantes do saber e da política de alimentação do governo de Getúlio Vargas. Dedicou-se também à docência na Universidade do Distrito Federal, onde desenvolveu estudos que culminaram na publicação da sua obra mais conhecida *Geografia da Fome*, “um clássico que descobre o Nordeste como região da fome” como menciona o historiador Durval Muniz (ALBUQUERQUE, 2006:188).

Até então reconhecido pela sua atuação intelectual, Josué de Castro se insere ativamente na política partidária. Destacamos, em especial, a contribuição de Foucault à discussão acerca do intelectual específico e universal, fundamental para refletirmos acerca dos intelectuais que se inseriram ativamente na vida política, como foi o caso de Josué de Castro. (FOUCAULT, 2011: 69-78). Em 1950, nas eleições que foram marcadas pelo retorno de Getúlio Vargas à disputa eleitoral, Josué de Castro, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e se candidatou a deputado federal por Pernambuco, apesar de residir a muitos anos no Rio de Janeiro. Seguindo as orientações nacionais da sigla, participou da coligação que pretendia eleger o udenista João Cleofas ao governo do estado (MELO; NEVES, 2007). Nesta eleição esteve ligado aos setores considerados conservadores que representavam os grupos direita em Pernambuco, mas não conseguiu votos suficientes para garantir sua eleição.

A sua atuação intelectual em assuntos voltados para a saúde e alimentação contribuiu para que participasse da implementação de políticas sociais do segundo governo de Getúlio Vargas, sendo vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrária “que deveria estender aos trabalhadores rurais os direitos concedidos aos trabalhadores urbanos” (ANDRADE, 1997: 169-194). Esse fato aproximou Josué de Castro das questões agrárias, em especial, dos trabalhadores rurais do Nordeste. Essa trajetória contribuiu para sua eleição, em 1952, como presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, função que exerceu até 1956 (FERNANDES, 2007). O desempenho nesses cargos, bem como a repercussão das suas obras, contribuiu para que estivesse presente na mídia impressa, fatos que colaboraram para sua chegada a Câmara Federal.

Durante as eleições de 1954, candidatou-se novamente a deputado federal pelo PTB, integrando a coligação Movimento Popular Autonomista³. Consegue articular uma ampla rede de apoios, a começar pelos membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que se encontrava na ilegalidade (FERREIRA. DELGADO: 2010). Sindicatos, associações de trabalhadores rurais, intelectuais e músicos contribuíram para a sua campanha. Nessas eleições, Josué de Castro aproximou-se também do advogado Francisco Julião que viria a se tornar líder das Ligas Camponesas. Essas articulações políticas resultaram na sua eleição como deputado federal com 14.076 votos (MELO; NEVES, 2007).

A mobilização em torno da questão agrária no Nordeste adquiriu maior visibilidade através de dois congressos de trabalhadores realizados em 1955. O primeiro deles o Congresso de Salvação do Nordeste que “durante os debates, ganhou relevo outra compreensão política e técnica do Nordeste, em que a problemática da seca era dissociada da questão geográfica” (MONTENEGRO, 2010:83). Ao final foi redigida a “Carta de Salvação do Nordeste”⁴, tendo como essência a reforma agrária como solução dos conflitos no campo. Essas questões permeiam a obra de Josué de Castro, e acompanharam sua primeira legislatura, fato que o aproximou ainda mais dos trabalhadores rurais.

Logo após foi realizado o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, “organizado pela SAPP, que contou com o apoio do Professor Josué de Castro, então diretor da FAO” (MONTENEGRO: 84). Esse estreitamento de relações com o movimento de trabalhadores rurais, que a partir de então passariam a ser denominados pela mídia impressa de Ligas Camponesas, culminaria com o apoio de Josué de Castro a desapropriação do Engenho Galiléia, e na proposição de um projeto de reforma agrária na Câmara dos Deputados.

Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, instauraram-se novas diretrizes para a política nacional. O próprio PTB teve que se articular internamente a fim de se reformular devido à perda do seu principal líder, “avançando com propostas cada vez mais ousadas de reformismo econômico e social” (FERREIRA, 2005:205). Esse período histórico também foi marcado pela abertura do país para o capital internacional, mudanças no campo cultural, nos hábitos e costumes da sociedade. E também pela construção de imagens do

³ Aliança Nacional entre o PTB e o Partido Social Trabalhista (PST).

⁴ Documento redigido ao final do congresso com proposições para melhoria da infraestrutura econômica e social da região. O documento foi assinado por políticos, intelectuais e lideranças dos movimentos sociais.

Nordeste como uma região que ameaçava o país, seja através miséria existente, ou pela ação dos movimentos sociais.

Em Pernambuco, as esquerdas se articulavam para eleições majoritárias após a formação da Frente do Recife. Nas eleições de 1958, empresários e comunistas se uniram em favor das candidaturas de Cid Sampaio e Pelópidas da Silveira ao governo do estado de Pernambuco. Josué de Castro ampliou a rede de apoios principalmente através de organizações sindicais do movimento operário, além de dar continuidade à aliança com Francisco Julião. Recebendo apoio dos mais variados setores foi reeleito deputado federal, naquele momento, como o mais votado do Nordeste.

Sobre o surgimento da Frente do Recife, destacou Montenegro e Mendonça: “(...) consolida a Frente Popular que congregará, inicialmente, o Partido Comunista, o Partido Socialista e o que se convencionou de chamar de esquerda democrática. Contudo, será na primeira eleição direta para prefeito do Recife que a Frente Popular ampliará seu leque de alianças e se apresentará na campanha com a expressão Frente do Recife. (FERREIRA; REIS, 2007: 454).

Em seu segundo mandato, Josué de Castro esteve ainda mais ligado com as questões do Nordeste, principalmente por ter sido um dos principais interlocutores da Operação Nordeste⁵. Diante do clima de tensão dos movimentos sociais, e da intensa estiagem de 1958, o então presidente Juscelino Kubitschek, passou a pressionar os parlamentares para aprovar um novo plano, cujo objetivo consistia na alteração do modo como se abordava os problemas da região. Tinha como pretensão deixar de executar ações defensivas e paliativas, passando a implantar um programa positivo, que alcançaria as causas do subdesenvolvimento do Nordeste (PAGE, 1972: 84-85). Segundo Celso Furtado “o novo Nordeste estará vindo a superfície” (FURTADO, 1989:82). Nesse momento, o Nordeste passa a ser tratado como um problema nacional.

Josué de Castro que fazia parte da base do governo de Juscelino trava um intenso debate com Celso Furtado sobre a finalidade da Operação Nordeste. Passou a criticar as idéias de Furtado, pois acreditava que o foco da SUDENE deveria ser a agricultura de subsistência

⁵ Projeto elaborado pelo economista Celso Furtado, cuja estratégia principal apontava para a criação de uma autarquia federal, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

para que o problema da fome na região fosse solucionado, e não a agro-indústria como pretendia o governo federal. Apesar das divergências, Josué de Castro concentra esforços na Câmara dos Deputados para aprovar o projeto de criação dessa autarquia federal.

Em 1962, renunciou ao mandato de deputado federal por ter sido nomeado, pelo então presidente João Goulart, como embaixador do Brasil para assuntos ligados a ONU em Genebra. Foi destituído do cargo com o advento do Golpe civil-militar em 1964. Assim como muitos intelectuais e políticos, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional Nº1. Naquela ocasião, vários países lhe ofereceram asilo político, mas escolheu a França, onde residiu até os últimos anos de vida. Retornaremos agora a introdução da obra *Sete palmos de terra e um caixão*.

O Nordeste de Josué de Castro

Josué de Castro se inseriu nos debates políticos da década de 1950 e início dos anos 1960, manteve posicionamentos sobre as questões que envolvem a problemática social do Nordeste, como a reforma agrária, os movimentos sociais, e a criação da SUDENE. Pois como afirmou Manuel Correia de Andrade: “O Nordeste foi a sua preocupação constante, tanto na juventude, quando reuniu em livro ensaios sobre a região, quanto no exílio, quando admitiu que o Nordeste empobrecido e espoliado era uma região explosiva” (ANDRADE, 1997: 169-194).

Nesse sentido, é importante identificarmos também em que medida os seus estudos voltados para a problemática da fome, da miséria, da condição social dos trabalhadores, contribuíram para a formação de imagens de um político preocupado com as questões sociais. Em outras palavras, como Josué de Castro se constrói enquanto político durante o período em foco?

Outros assuntos também merecem atenção como as tentativas de Josué de Castro, enquanto deputado federal, de criar uma reserva de alimentos no Brasil para os momentos de crise, a produção de um projeto que autorizava a desapropriação de terras por interesse social, do plano nacional de alimentação e da merenda escolar. Destaca-se ainda a preocupação com a reforma agrária considerada o principal caminho para que o Brasil se tornasse um país desenvolvido. A análise dos seus posicionamentos políticos, dos projetos de leis, das emendas

parlamentares, dos grupos políticos a que pertencia funcionam como trilhas para problematizarmos a sua trajetória política.

No combate a este flagelo que assola o mundo, ceifando vidas em todo o planeta, o médico, sociólogo, geógrafo, escritor e político pernambucano Josué Apolônio de Castro, ou simplesmente Josué de Castro como gostava de ser chamado, dedicou sua vida. Seus inúmeros estudos sobre os problemas relativos às carências alimentares contribuíram para desvelar as mazelas de um processo colonizador perverso e espoliador do homem e da natureza que marca o nosso processo histórico de formação social (SILVA, 1998).

Na introdução da obra *Sete Palmos de Terra e um Caixão* o autor afirma que o Nordeste do Brasil foi descoberto pelos portugueses em 1500 e pelos norte-americanos em 1960. Nesse período o Nordeste do Brasil se tornou uma área de influência, principalmente devido as repercussões que o movimento das Ligas Camponesas teve. O movimento liderado por Francisco Julião despertou o olhar do governo norte-americano para o Nordeste do Brasil.

A opinião pública norte-americana a cada dia recebia um volume crescente de informações sobre essa região. Matérias jornalísticas e documentários eram exibidos na imprensa, mostrando, geralmente, a pobreza das pessoas e indicando que aquela situação era muito favorável para a ocorrência de um processo revolucionário, o qual findaria com a instalação de um regime comunista. Em uma sociedade atemorizada com os caminhos trilhados pela Revolução Cubana e que se via as voltas com um forte movimento anticomunista, a ideia de que se poderia deflagrar uma outra revolução na parte sul do continente americano despertava a atenção de várias pessoas. (PORFÍRIO, 2009:49)

Apesar da obra do Josué de Castro apresentar uma tendência antiamericana, o autor faz questão de relatar em sua introdução que a pesquisa sobre o Nordeste do Brasil foi encomendada por uma editora americana, e justifica que em alguns momentos é prolixo por ter como público alvo leitores que provavelmente não conhecem a região. Contudo esse fato possibilita alguns questionamentos. Primeiramente, a demanda, a curiosidade que a sociedade americana possuía em relação ao Nordeste do Brasil, uma área considerada por muitos jornalistas como em constante efervescência, estando prestes a organizar uma revolução

comunista, assim como fez Cuba. Por outro lado, Josué de Castro comenta a tensão social que existia nessa região:

Por ocasião da sensacional descoberta levada a efeito em 1960 pelos serviços de imprensa e de informação dos EUA desta desconcertante terra do Nordeste, a tensão social aí reinante já tinha atingido os limites do tolerável. Esta tensão vinha crescendo paralelamente à tomada de consciência política – a conscientização das massas. (CASTRO, 190).

Em vários momentos da obra, Josué de Castro, demonstra uma necessidade de criticar os americanos, em outros momentos analisa as contradições sociais existentes no Nordeste como resultado direto da colonização de exploração portuguesa. Contudo, enfatiza que o imperialismo americano estava prestes a tomar decisões mais severas de acordo com os acontecimentos. *Sete Palmos de Terra e um Caixão* se faz importante especialmente para identificarmos como Josué de Castro enxergava a política na década de 1950. Analisa os intensos conflitos nas áreas rurais do Nordeste, a influência norte-americana, critica a concepção agroindustrial da SUDENE. Essa obra se torna uma leitura obrigatória para aqueles que se dedicam aos estudos do Brasil. Contudo, a obra em questão também trazia muitas imagens do Nordeste como uma região pobre, seca, e miserável. A seguir a capa do livro assinada pelo arquiteto Arnaldo Martino.



Capa do livro Sete Palmos de terra e um caixão (1965).

A capa com um fundo preto apresenta a parte interna de uma mão, provavelmente uma alusão as mãos dos trabalhadores, dos membros das ligas camponesas, daqueles que segundo o autor são reprimidos por uma estrutura agrária com fortes elementos feudais. A tonalidade vermelha do título da obra transmitem a ideia do sangue e das lutas que marcam historicamente a região em questão. Por outro lado o subtítulo do livro “Ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva” - apresentado na parte superior da capa - traz uma mensagem que cria um sentido profético para a obra.

A sutileza do subtítulo que constrói a imagem de uma região que está a beira de um colapso, ou de uma mudança radical, uma explosão, também apresenta indícios de que o autor da obra – apesar de não conter informações sobre o momento político que o país atravessava – havia acertado em suas avaliações, e em seus prognósticos em relação a região Nordeste. Muito provavelmente uma estratégia narrativa utilizada pelo autor para valorizar sua obra. No primeiro capítulo do livro intitulado “A Reivindicação dos Mortos”, Josué de Castro narra a formação das Ligas Camponesas como um movimento que tinha relação primeira muito mais com a morte do que com a vida. Como afirma a seguir:

O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra

para onde descansar os seus ossos e o de fazer descer seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora (CASTRO, 23).

No trecho acima Josué de Castro narra a versão que ficou mais conhecida sobre o começo do movimento camponês iniciado no Engenho Galiléia em Pernambuco, inicialmente denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, porém logo em seguida os trabalhadores passaram a chamar a organização de Liga que foi criada com a pretensão inicial de dar dignidade aos trabalhadores mortos que para o enterro tinham que utilizar um caixão de “caridade” cedido pela prefeitura. Com a criação a Liga pagaria o enterro e o caixão do trabalhador.

A Liga nada mais era do que uma sociedade de apoio mútuo para ajudar os trabalhadores a terem decência quando mortos, em que o dono do engenho era o presidente de honra da organização. Logo outros donos de engenho alertaram que a Liga era um instrumento de agitação social. E o senhor de engenho exigiu o fechamento imediato da Liga, porém com os acontecimentos uma organização que foi “criada para defender os direitos dos mortos, ela iria agora se constituir como instrumento de reivindicação dos direitos dos vivos” (CASTRO, 31).

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz, **A Invenção do Nordeste** e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CASTRO, Josué. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. Ensaio sobre o Nordeste uma Área Explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; v.3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: _____. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.
- FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC – RIO, 2006.
- MONTENEGRO, Antônio. **História, memória e metodologia**. São Paulo: Contexto, 2010.
- PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955/1964**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.
- PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar do Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina, Ed. UEL, 2001.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro: para uma poética da fome**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.